

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

LETICIA DA SILVA MATIAS DOS SANTOS

**GENI E O ZEPELIM: O VOO PANORÂMICO DE UM DISCENTE A BORDO
DE UM GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNERO**

VARGINHA/MG

2023

LETICIA DA SILVA MATIAS DOS SANTOS

**GENI E O ZEPELIM: O VOO PANORÂMICO DE UM DISCENTE A BORDO
DE UM GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNERO**

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia.

Orientadora: Fernanda Mitsue Soares Onuma.

VARGINHA/MG

2023

LETICIA DA SILVA MATIAS DOS SANTOS

**GENI E O ZEPELIM: O VOO PANORÂMICO DE UM DISCENTE A BORDO
DE UM GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNERO**

A banca examinadora abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do PIEPEX (TCP) apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em:

Prof^a. Dra. Aline Lourenço de Oliveira

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Dra. Cilene Margarete Pereira

Instituição: Professora em prestação de serviço voluntário na Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma (Orientadora)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

VARGINHA/MG

2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 SINTETIZANDO ALGUNS ASPECTOS DOS ESTUDOS DE GÊNERO	7
2.2 RETROSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL	13
2.3 UNIVERSIDADES PÚBLICAS E OS GRUPOS DE ESTUDO E PESQUISA	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1 O GENI	19
3.2 MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	23
4. EMBARCANDO NO ZEPELIM	24
4.1 VOANDO SOBRE O CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO	24
4.2 A BAGAGEM	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6. REFERÊNCIAS	32
7. APÊNDICES	34

RESUMO

Os estudos de gênero se consolidaram como uma área de conhecimento por volta da década de 1980. No Brasil, o gênero começou a ser analisado em grupos de estudo e reuniões formados por pesquisadoras de diversas áreas do saber e, gradualmente, como categoria de análise atingiu reconhecimento nacional e internacional. Considerando a importância dos estudos de gênero, este trabalho tem como objetivo compreender a contribuição do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância (GENI) na formação dos estudantes da Universidade Federal de Alfenas – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da (UNIFAL-MG/ICSA), bem como analisar o impacto desses grupos nas universidades brasileiras. Além disso, busca-se resgatar a história de criação do GENI. Nesse sentido, para a coleta de dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com um discente egresso que participou da fundação do grupo. Em seguida, adotou-se o método de análise de conteúdo para examinar os resultados obtidos. Dessa forma, foi possível constatar que o GENI desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes do ICSA, tanto do ponto de vista acadêmico quanto social, além de ser um grupo que combate a intolerância e incentiva a diversidade e o respeito dentro do ambiente acadêmico.

Palavras-chave: GENI; Estudo de gênero; Grupos de estudo e pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero se consolidaram como campo de conhecimento por volta da década de 1980, mesmo período em que as universidades e centros de pesquisa legitimaram os “*women’s studies*” ou “*gender studies*” como áreas válidas de produção de conhecimento (HOLLANDA, 2019). O gênero, enquanto categoria de análise, possibilita o questionamento de aspectos engendrados em diversas esferas da vida social e seus estudos ampliam, redefinem e abastecem de forma contínua as discussões de temas relevantes para o entendimento das desigualdades sociais.

No Brasil, os primeiros debates sobre as concepções de gênero aconteceram por meio de grupos de estudo entre pesquisadoras de vários ramos do conhecimento (RAGO, 2013; HOLLANDA, 2019). A prática se estendeu às instituições de ensino superior e até 2014, apenas na área da administração, o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), contava com 32 grupos ativos em estudo de gênero, diversidade e minorias e masculinidades (ANDRADE; MACEDO; OLIVEIRA, 2014).

Ainda em 2014, no Instituto de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal de Alfenas (ICSA/UNIFAL-MG), foi criado o Grupo de Estudos Gênero pela Não Intolerância (GENI), a partir do estímulo de docentes e pelo interesse dos próprios discentes de entender mais sobre a temática. O nome do grupo foi inspirado na canção “Geni e o Zepelim”, de Chico Buarque (1978). No entanto, é importante destacar que, embora o título deste trabalho faça referência à canção de Chico Buarque, esta pesquisa não tem a intenção de analisar a obra em questão, mas busca examinar o GENI enquanto grupo de estudos e pesquisa dedicado à temática de gênero e à luta contra a intolerância.

Nesse contexto, após quase uma década de existência, surge o questionamento: como o GENI tem contribuído para formação acadêmica dos estudantes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas? Com base nessa pergunta, esta pesquisa tem como objetivo compreender, por meio das percepções de um discente, como o GENI colaborou em sua formação acadêmica, pessoal e profissional. Além disso, busca-se entender sua visão sobre a importância dos estudos de gênero nas universidades públicas brasileiras e, com base em seu relato, resgatar a história da criação do GENI. Para alcançar esses objetivos, entrevistou-se um egresso do ICSA que participou da criação do GENI.

A motivação deste trabalho reside no reconhecimento dos grupos de estudo e pesquisa de gênero como ferramentas relevantes na formação acadêmica e construção do

pensamento crítico dos estudantes. Além de que, tais grupos têm potencial de promover conexões entre a comunidade acadêmica e sociedade ao expandir sua área de atuação por meio da produção de conteúdo científico e com a comunidade local através das atividades de extensão, como é o caso do GENI. Ademais, na dimensão pessoal e enquanto participante, a pesquisa ampliou o conhecimento sobre a trajetória do grupo.

Posto isso, este artigo está organizado da seguinte forma: as próximas seções examinam, por meio de estudos e pesquisas, conceitos fundamentais para a compreensão dos estudos de gênero, seguidas de uma breve explanação sobre a introdução desses estudos no Brasil e uma abordagem sobre a diferenciação entre grupos de estudo e grupos de pesquisa. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos empregados para analisar os dados coletados, utilizando a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), seguindo a explicação de Cappelle, Melo e Gonçalves (2003). Posteriormente, os resultados são discutidos e analisados, culminando nas considerações finais, além das referências e apêndice

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, serão abordados conceitos que embasam as análises desenvolvidas para dar resposta à questão e objetivos de pesquisa.

2.1 SINTETIZANDO ALGUNS ASPECTOS DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Os estudos de gênero, segundo Matos (2008), foram reconhecidos como categoria de análise por volta da década 1980, mas seu início data entre as décadas de 1960 e 1970, impulsionado pela crescente ocupação das mulheres no âmbito acadêmico. Grupos de estudantes e pesquisadoras passaram a examinar a partir de um viés crítico a produção de conteúdo científico. Essa movimentação resultou nos estudos feministas ou estudos de mulheres, que se consolidaram como áreas de debate científico e promoveram transformações em diversos campos do saber, a partir das críticas aos preceitos androcêntricos adotados em diferentes campos do conhecimento. O objetivo era ampliar o escopo das reflexões nas ciências humanas e sociais por meio de uma nova abordagem teórico-conceitual: os estudos de gênero (MATOS, 2008).

Ainda de acordo com Matos (2008), desde então, os estudos de gênero têm buscado analisar criticamente as relações de poder, as construções sociais de masculinidade e feminilidade e as formas como o gênero se entrelaça com outras categorias sociais, como raça/etnia e classe social. Assim, esses estudos desempenham

um papel crucial nas ciências humanas e sociais ao revelar “as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas” (MATOS, 2008, p.336).

A concepção de gênero despertou interesse ao longo dos anos e compreendê-lo ultrapassa as noções tradicionais de “homem” e “mulher”, sendo o gênero um construto social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2015). O termo “gênero” possui diversas definições, embora seja comumente utilizado para se referir ao sexo biológico do indivíduo (SCOTT, 2019). No entanto, os estudos contemporâneos sobre gênero buscam romper com o determinismo biológico que atribui uma visão binária ao conceito, evidenciando que o

[...] gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 2019, p.54)

Deste modo, o gênero refere-se, segundo Sampaio (2020), aos comportamentos, condutas, pensamentos, sentimentos e desejos socialmente construídos com base na diferença sexual do ser. Sampaio (2020) acrescenta que, ao longo da história da sociedade e da cultura humana, essas definições biológicas imputadas à concepção de gênero serviram como referência básica para a construção de papéis sociais arbitrários impostos ao ser humano para legitimar sua existência e integração à sociedade.

Sob uma ótica similar, Scott (2019) expõe sua interpretação sobre a definição do conceito de gênero, dividindo-o em duas partes fundamentais que, apesar de se relacionarem, devem ser analisadas de forma distinta, aduzindo que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67).

Segundo Scott (2019), o gênero, enquanto componente essencial das relações sociais baseadas nas percepções de diferenças entre os sexos, engloba quatro aspectos interligados, sendo o primeiro os símbolos culturalmente reconhecidos que provocam interpretações diversas e, por vezes, contraditórias, como por exemplo “Eva e Maria” ou

“luz e escuridão”, e reforça o questionamento dos historiadores sobre quais são essas representações simbólicas, suas categorias e em que contextos se recorre a elas.

O segundo aspecto abordado por Scott (2019) diz respeito às concepções normativas que buscam restringir e limitar as interpretações e os sentidos desses símbolos. Esses princípios normativos se manifestam através da religião, educação, ciência, política ou leis e geralmente assumem a forma de uma oposição dual que afirma, de maneira definitiva, o significado do masculino e do feminino. Decerto, tais normativas dependem da exclusão ou da supressão de outras alternativas sobre o papel da mulher nas estruturas sociais ao longo da história, tomando o genderismo como única possibilidade. A história passa a ser escrita como se essas posições normativas fossem resultado de um consenso social e não produto de conflitos, como de fato são (SCOTT, 2019).

O terceiro aspecto apontado por Scott (2019) está relacionado à história. A autora afirma que o objetivo da nova pesquisa histórica é desafiar a ideia de imutabilidade, descobrir a natureza dos debates ou repressões que a representação binária dos gêneros impõe. Essa abordagem analítica deve considerar tanto a dimensão política quanto as instituições e organizações sociais, não limitando os estudos de gênero ao sistema de parentesco por meio de uma ótica que se concentra exclusivamente no âmbito doméstico e na unidade familiar. Em suma, é necessário assumir uma visão mais abrangente que inclua mercado de trabalho, educação, sistema político e as demais complexidades da sociedade moderna (SCOTT, 2019).

Por último, Scott (2019) apresenta a identidade subjetiva como quarto aspecto para compreender o gênero. A autora reconhece a importância da psicanálise para corroborar com os estudos de reprodução do gênero, mas enfatiza que embora as teorias da psicanálise possam ser úteis para refletir sobre a construção da identidade de gênero, os historiadores precisam aderir a práticas mais contextuais e históricas, devendo “examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas” (SCOTT, 2019, p.69).

Dessa forma, para Scott (2019), a definição de gênero como componente central das relações sociais, com base nas percepções das diferenças entre os sexos, abarca os quatro aspectos mencionados anteriormente. A combinação desses quatro elementos é essencial, visto que cada um deles depende dos outros para funcionar. Todavia, “eles não operam simultaneamente como se um fosse o simples reflexo do outro” (SCOTT, 2019, p.69).

As proposições de Lauretis (2019) buscam contribuir para a renovação do conceito de gênero proposto inicialmente por Scott (2019), uma vez que fomentam a discussão sobre o genderismo ao ressaltarem que gênero com enfoque no sexo é também “aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos inseridos na sociedade” (LAURETIS, 2019, p.126).

Diante desse fato, Lauretis conclui que se as representações de gênero são posições sociais que carregam significados distintos, então quando o ser é representado ou se representa como masculino ou feminino, isso implica na incorporação de todos os atributos sociais pensados para o sistema sexo-gênero, assim a, “[...] construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (LAURETIS, 2019, p.126). Quanto à segunda parte da definição de Scott, de que o gênero atua como uma forma primária de atribuir significado às relações de poder, a autora reitera que

[...] o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder, [...] porque os conceitos de poder, mesmo que reforcem o gênero, nem sempre dizem respeito literalmente ao gênero em si mesmo. [...] Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção da construção do poder em si. (SCOTT, 2019, p.69 e 70)

A partir disso, é possível inferir conexões entre gênero e poder. Ainda que tais associações não sejam sempre explicitamente enfatizadas, são aspectos fundamentais da criação e manutenção tanto da igualdade como da desigualdade, uma vez que “[...] o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades” (SAFFIOTI, 2015, p.121).

Pinsky (2009) sintetiza a concepção de Scott (2019) do gênero como um campo central no qual o poder é articulado, enfatizando que esse entendimento leva os historiadores a investigarem as maneiras pelas quais os significados atribuídos ao gênero estruturam a organização concreta e simbólica de toda a vida social, o que inclui as referências que estabelecem distribuições de poder, ou seja, o controle ou acesso diferencial às fontes materiais e recursos simbólicos. Nessa ótica, o gênero se torna ao

mesmo tempo resultado das relações de poder e uma parte intrínseca da construção dessas próprias relações (PINSKY, 2009).

Pensar nas ligações entre gênero, poder, suas representações e significados é essencial para compreender as dinâmicas sociais, políticas, históricas e culturais que envolvem as identidades de gênero. O gênero não é apenas uma questão de identidade individual e a tentativa de biologização deste, seguida pela investida da naturalização da lógica binária, assim como a recusa de considerar os fatos sociais como elementos fundamentais na formação do gênero, é também uma forma de assegurar que as desigualdades geradas pela dualidade binária e opressão sobre os corpos, em especial ao corpo da mulher, sejam continuamente reproduzidas (SAFFIOTI, 2015).

À vista disso, Wittig (2019) procura evidenciar através da interpretação feminista materialista a ruptura com a concepção de mulheres como um grupo natural. Em sua concepção, “a divisão criada pelos homens da qual as mulheres têm sido objeto é política e mostra que fomos reconstruídas ideologicamente como grupo natural. [...] tanto nosso corpo, quanto as nossas mentes são produtos desta manipulação” (WITTIG, 2019, p.83). Ainda conforme Wittig, é imprescindível superar essa “formação imaginária”, pois ao

[...] fazer isso, ao admitir que existe uma divisão “natural” entre mulheres e homens, nós naturalizamos a história, nós assumimos que “homens” e “mulheres” sempre existiram e sempre existirão. Não só naturalizamos a história, mas também, conseqüentemente, naturalizamos os fenômenos sociais que expressam nossa opressão, tornando impossível a mudança. (WITTIG, 2019, p.84)

Para Wittig (2019), as mulheres constituem uma classe. Isso implica em compreender que "mulher" e "homem" são categorias políticas e econômicas e não conceitos imutáveis. Para esse fim, torna-se importante desvincular a concepção de "mulheres", uma classe formada com base em relações sociais concretas de "mulher", uma idealização mítica que precisa ser desmantelada, pois “[...] “mulher” não é cada uma de nós, mas sim a formação política e ideológica que nega “mulheres” (o produto de uma relação de exploração). “Mulher” existe para nos confundir, para ocultar a realidade “mulheres” (WITTIG, 2019, p.83).

Um avanço significativo foi alcançado ao se analisar as interações entre homens e mulheres, uma questão que nem sempre recebeu a devida atenção dos pesquisadores. Saffioti (2015) ratifica os apontamentos de Scott (2019) sobre a necessidade de análises históricas mais contextualizadas ao destacar que as práticas sociais das mulheres se

distingue das praticadas pelos homens, isso porque as experiências históricas das mulheres têm sido diferentes da dos homens, não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos, devido à participação distinta de cada grupo.

A marginalização das mulheres em diversas esferas sociais e seu distanciamento dos centros de poder criou uma profunda lacuna entre suas experiências e as dos homens, sendo necessário mudanças qualitativas para colocar as mulheres em igualdade de condições com os homens, sem esquecer a importância de humanizá-los durante o processo (SAFFIOTI, 2015). Assim como outras pesquisadoras, Heleieth Saffioti conclui que a percepção de inferioridade feminina é de natureza social, bem como ressalta que as mulheres são alvo de discriminação, violência e controle por parte dos homens, que mesmo diante da “castração”¹ psicológica, emocional e mesmo econômica, não renunciam à sua posição de dominador (SAFFIOTI, 1987).

A autora aprofunda suas observações e amplia o entendimento sobre as formas de dominação e opressão relacionadas ao conceito de patriarcado, que em sua definição é “[...] o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p.47). Segundo ela, o patriarcado é uma estrutura de poder que se manifesta de diferentes formas ao longo da história e em diferentes culturas, mas que possui como característica central a subordinação e a desvalorização da mulher, explicando que “não se trata de uma relação privada, mas civil; [além disso] dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição” (SAFFIOTI, 2015, p.60).

Conforme mencionado por Saffioti (2015), as relações patriarcais, suas hierarquias e sua estrutura de poder permeiam toda a sociedade, incluindo o Estado. Saffioti também aponta o potencial de dominação do patriarcado quando argumenta que as “[...] pessoas podem se situar fora do esquema de dominação-exploração das classes sociais ou do de raça/etnia. Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal” (SAFFIOTI, 2015, p.130).

¹ De acordo com Saffioti (1987), a ideia de "ser macho" não se limita apenas à concepção de homem como provedor do lar, mas também engloba atributos como coragem, força, razão e virilidade. Isso leva à opressão daqueles que não se encaixam nesses padrões, como os que são considerados afeminados, tímidos, sensíveis ou fracos. Para Saffioti, esse pensamento resulta em uma espécie de castração masculina, na qual os homens são obrigados a abster-se de certas características associadas ao feminino. Consequentemente, os homens são limitados ou "podados" para se adequar aos comportamentos ditados pelas normas sociais. Isso resulta em uma castração emocional, impedindo-os de expressar suas emoções, compartilhar a responsabilidade econômica do lar ou até mesmo conhecer plenamente outras áreas de sua sexualidade. Essa castração não se limita apenas ao nível psicológico, pois pode se manifestar também de forma física, levando muitos homens a cederem ao alcoolismo, depressão e outros danos, devido à pressão social que enfrentam.

Ainda nesse sentido, segundo Arruzza (2015), não se pode negar que há relações de dominação e hierarquia social fundamentadas no gênero, e homens, inclusive os das camadas sociais mais baixas, procuram se beneficiar dessas estruturas. A análise de Arruzza (2015) corrobora com outros estudos que examinam a relação entre gênero e capitalismo. A autora enfatiza a inexistência de formações sociais capitalistas que não foram atravessadas pela opressão de gênero em suas diversas manifestações.

Posto isso, Arruzza (2015) aponta que a expansão do sistema capitalista foi acompanhada por um processo de expropriação das mulheres de várias formas de propriedade e profissões às quais tinham acesso durante a Idade Média. A alternância entre a feminização e a desfeminização do trabalho contribuiu para uma reconfiguração contínua das relações familiares, resultando em novas formas de opressão baseadas no gênero. A reificação da identidade de gênero fortaleceu uma matriz heteronormativa que teve consequências opressivas para as mulheres e outros grupos (ARRUZZA, 2015). Wittig (2019) complementa a lógica apresentada por Arruzza quando afirma que “a recusa em se tornar (ou continuar) heterossexual sempre significou recusar a se tornar um homem ou uma mulher, conscientemente ou não. [...] É a recusa ao poder econômico, ideológico e político do homem” (WITTIG, 2019, p. 86).

A partir das discussões apresentadas, é possível concluir que a análise de gênero possibilitou a compreensão sobre as diferenças entre os universos masculino e feminino, não apenas com base em determinantes biológicos, mas também nas experiências históricas, crenças e valores distintos. O estudo de gênero trouxe transformações profundas para o campo do conhecimento, promovendo uma abordagem mais ampla e crítica das relações históricas, sociais e culturais, ao mesmo tempo que valorizou e ampliou o conhecimento acerca das contribuições das mulheres na formação da sociedade.

2.2 RETROSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Na seção anterior, foram apresentados alguns elementos-chave do estudo de gênero para dar continuidade a esta pesquisa, porém é crucial reconhecer que o campo do estudo de gênero engloba uma ampla gama de conceitos, vertentes e temáticas igualmente relevantes que não foram abordadas neste contexto, como por exemplo reprodução social, interseccionalidade, violência de gênero, divisão sexual do trabalho, entre outros fatores essenciais abarcados na categoria de gênero. Por esta razão, é imprescindível dar continuidade às discussões sobre gênero dentro e fora dos espaços de saber. Posto isto, é

oportuno direcionar o foco para uma síntese de como os estudos de gênero foram introduzidos no Brasil.

Observando o desenvolvimento dos estudos de gênero no Brasil, Holanda (2019) destaca que estes foram amplamente influenciados por bibliografias e referências anglo-americanas e eurocêtricas, faltando a inclusão do pensamento feminista brasileiro como base teórica. Recentemente, houve um reconhecimento da importância das pensadoras latino-americanas, especialmente nos debates feministas interseccionais. Em sua visão, que não segue necessariamente a cronologia dos estudos de gênero no Brasil, as reflexões sobre as questões das mulheres surgiram com o ativismo feminista nos anos 1960 e 1970, nos chamados "grupos de reflexão" (HOLLANDA, 2019).

Esses grupos eram espaços de conscientização nos quais diversas questões relacionadas à condição feminina eram discutidas, abrangendo aspectos profissionais, domésticos e políticos. Textos trazidos por feministas que retornavam de exílio ou experiências no exterior também eram debatidos nesses encontros. Na década de 1960, os estudos feministas da Europa e Estados Unidos estava imerso em utopias e sonhos de liberdade e transformação, enquanto no Brasil a organização do movimento feminista e sua visibilidade crescente ocorreram durante o regime de exceção que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964 (HOLLANDA, 2019).

Desse modo, durante os 21 anos de ditadura que marcaram o cenário político brasileiro, o movimento feminista ganhou destaque como uma força política, questionando as relações de poder, as desigualdades e as hierarquias que colocavam as mulheres como cidadãs de segunda classe. As feministas se organizaram em coletivos informais, grupos de reflexão e centros de estudos em universidades, trabalhando em conjunto com outras forças sociais que lutavam contra a ditadura militar. Elas levaram a agenda dos direitos das mulheres para diferentes espaços, como sindicatos, associações profissionais, ambiente acadêmico, imprensa, entre outros. Essa atuação possibilitou uma maior visibilidade e influência do movimento feminista durante esse período histórico conturbado (HOLLANDA, 2019).

Contudo, Holanda (2019) reflete que em contraste com os estudos feministas internacionais, as pesquisadoras feministas do país não deram ênfase a questões relacionadas ao aborto, sexualidade e planejamento familiar. Esses aspectos, ainda que não ignorados em sua totalidade, se limitavam ao âmbito das discussões privadas dos "grupos de reflexão", sendo compreensível que muitas analistas descrevam essa fase inicial como um "feminismo bem-comportado" (HOLLANDA, 2019).

Segundo Hollanda (2019), nos estágios iniciais do feminismo brasileiro, Rose Marie Muraro emergiu como uma figura proeminente. Ela introduziu o conceito de "feminismo da fome", reconhecendo a importância de incluir as mulheres das camadas mais pobres e aderindo à luta contra o Estado e aos ideais de transformação social da esquerda. Além disso, Rose realizou outras pesquisas significativas, especialmente no campo da sexualidade. Em 1983, no livro "Sexualidade da mulher brasileira", ela compartilhou os resultados de sua pesquisa, em que o objetivo era compreender qual luta era mais importante: a luta de classes ou a luta de gênero. Os resultados revelaram que a sociedade brasileira estava profundamente dividida em classes sociais. Diante desse cenário, parecia impensável a existência de um feminismo autônomo, desvinculado da categoria de classe (HOLLANDA, 2019).

Rago (2013) também compartilhou sua introdução nos estudos de gênero. Em 1990, participou de um encontro feminista em Nova York, onde foi apresentada às discussões sobre relações de gênero. Ao retornar ao Brasil, formou um grupo de estudos sobre gênero com outras pesquisadoras, visando criar um núcleo de pesquisa sobre o tema, algo que se concretizou em 1993 com a fundação do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, juntamente com a revista Cadernos Pagu. O propósito principal desse núcleo era gerar e disseminar conhecimento sobre os estudos de gênero, levando em consideração a interligação dessa categoria com outras diferenças sociais, tais como raça/etnia, nacionalidade, classe, geração e sexualidade.

No entanto, Rago reconhece que, inicialmente, o estudo do gênero causou certo desconforto, pois as pesquisadoras estavam mais familiarizadas com conceitos como classe (RAGO, 2013). Gradualmente, a concepção de gênero ganhou força nos países considerados desenvolvidos, e a leitura de Joan W. Scott foi crucial para embasar e legitimar o estudo de gênero no Brasil. A influência dessa categoria se propagou e os estudos femininos passaram a receber maior atenção nas universidades, introduzindo novas questões, perspectivas e formas de pensar no meio acadêmico. Assim, "aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia" (RAGO, 2013, p.90).

Segundo Rago (2013), as mulheres buscavam criar uma linguagem nova que refletisse suas experiências culturais e históricas específicas. Além disso, o debate sobre gênero também se voltou para os homens, questionando a construção fictícia do "Homem" à imagem de Deus, uma vez que os homens também se veem profundamente

desconectados de si mesmos, escondidos por trás de uma interpretação que os colocava em um pedestal, como se fossem divindades. A autora destaca que as negociações entre grupos sociais, étnicos ou sexuais só podem ocorrer quando o espaço se desvincula de hierarquias e se abre de forma mais libertária para a entrada de multiplicidades e novas subjetividades (RAGO, 2013).

A partir dos anos 1990, os estudos feministas no Brasil passaram a abranger uma variedade maior de temas, questões e disciplinas. Na segunda década do século XXI, impulsionados pelas novas formas de ativismo jovem na internet e nas ruas, os estudos de gênero voltaram a ganhar notoriedade. Nas universidades, grupos começaram a discutir temas como o machismo no ambiente acadêmico e pesquisas sobre questões de gênero e sexualidade se ampliaram para além das ciências sociais. Além disso, debates em torno de teorias decoloniais, queer e da desconstrução da noção de gênero estão fortemente presentes nos espaços acadêmicos contemporâneos (HOLLANDA, 2019). Dada a relevância dos estudos de gênero no Brasil, é fundamental aprofundar o conhecimento sobre a formação e organização dos grupos de estudo e pesquisa nas universidades públicas brasileiras, bem como compreender o papel dessas instituições no processo de formação social dos estudantes. Essa abordagem específica será desenvolvida na próxima seção do trabalho.

2.3 UNIVERSIDADES PÚBLICAS E OS GRUPOS DE ESTUDO E PESQUISA

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil surgiram com a chegada da Família Real Portuguesa ao país. Anteriormente, a graduação superior era proibida no Brasil, levando os membros das elites a buscarem sua formação principalmente em Coimbra, Portugal. Contudo, a carência de médicos no Brasil tornou-se evidente e para suprir a demanda por profissionais de saúde, criou-se a Escola de Cirurgia da Bahia em fevereiro de 1808, sendo a primeira instituição dedicada ao Ensino Superior no país (FARIA; WALGER, 2020).

Segundo Faria e Walger (2020), outras instituições importantes surgiram a partir dos interesses de elites locais e se estabeleceram com o apoio do poder público. Com o tempo, se transformaram em universidades públicas, ou seja, instituições de Ensino Superior de responsabilidade do Estado, financiadas e controladas por recursos do orçamento público e sujeitas à avaliação do poder público. O processo de tornar as universidades públicas possibilitou a oferta de ensino gratuito e a adoção de uma estrutura organizacional e político-pedagógica relativamente padronizada. Com o passar dos anos,

o Brasil ampliou a quantidade de instituições de ensino superior, as quais também começaram a ser criadas e popularizadas pela iniciativa privada, que recebeu incentivo governamental em forma de subsídios, financiamentos estudantis e bolsas de estudo (FARIA; WALGER, 2020).

As universidades, ao longo da história, têm sido instituições sociais complexas que, de forma dialética, desempenham papéis diversos. Por um lado, são estratégicas para a reprodução do capital e o desenvolvimento das forças produtivas, contribuindo para o crescimento econômico e tecnológico, de modo que as universidades públicas tornam-se, em partes, instrumentalizadas. Por outro lado, funcionam como espaços políticos para a organização ontológica e epistemológica da produção de conhecimento e para a formação crítica da sociedade. Nesta perspectiva, a universidade pública se converte em um campo de batalha, onde ocorrem conflitos e contradições nas relações de poder, sendo alvo do desejo de diferentes classes e grupos sociais (FARIA; WALGER, 2020; GIROUX, 2010).

Giroux (2010) afirma que a instrumentalização das universidades não apenas reduz as visões críticas e políticas necessárias para sustentar a democracia e a noção comprometimento com sociedade por parte dos discentes, mas também prejudica o desenvolvimento de espaços públicos onde a dissidência, a consciência pública e a justiça social são valorizadas como parte da educação e oferecem proteção contra as crescentes tendências antidemocráticas que surgem ciclicamente. É preciso educar os estudantes com base em uma democracia crítica, proporcionando acesso ao conhecimento, as capacidades cívicas e a responsabilidade social necessárias para enfrentar os problemas sociais. Além disso, é preciso reconhecer à existência de fronteiras disciplinares rígidas e combater a especialização excessiva incentivada por forças políticas e econômicas que buscam transformar as instituições educacionais em empreendimentos comerciais, definidos por seus interesses, missão e lucro (GIROUX, 2010).

Visando a transformação da universidade pública com foco na formação e democratização, os grupos de estudo e pesquisa podem ser fundamentais para manutenção e ampliação das instituições de ensino superior como vetor de mudanças sociais efetivas. Os grupos de estudo podem ser formados por estudantes, pesquisadores, professores ou qualquer pessoa interessada em investigar e aprender mais sobre um tópico em comum. Os grupos de estudo geralmente são organizados de maneira informal, podendo ser conduzidos por um líder ou de forma colaborativa, sem uma hierarquia rígida. Estes grupos são caracterizados pela troca de conhecimentos, leituras, debates e

reflexões compartilhadas por seus membros e muitas vezes são reconhecidos e formalizados pelas instituições de ensino em que são criados.

Os grupos de pesquisa se estabelecem de forma distinta dos grupos de estudo, possuindo atribuições e objetivos além daqueles propostos pelos grupos de estudo. Na UNIFAL-MG, instituição onde se localiza o objeto de análise desta pesquisa, a criação formal de um grupo de pesquisa requer a reunião de uma equipe de pesquisadores sob a liderança de um responsável, além do registro desse grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Adicionalmente, a UNIFAL-MG exige a certificação do grupo pela sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (UNIFAL, 2019).

O grupo de pesquisa é composto por uma estrutura organizada de linhas de estudos e/ou pesquisas que abrangem uma temática ampla e afim. Por meio dessas linhas de pesquisa, diversos programas e projetos são desenvolvidos com o objetivo de gerar conhecimentos básicos e aplicados, contribuindo para diferentes áreas da sociedade. Ademais, o trabalho desenvolvido pelos grupos de pesquisa tem o propósito de fortalecer áreas específicas do conhecimento e promover a articulação entre diferentes saberes (UNIFAL, 2019).

De acordo com a UNIFAL-MG (2019), os grupos de pesquisa são formados pelo(s) líder(es) e seus membros, podendo estes serem efetivos ou colaboradores. Os membros efetivos abrangem o(s) líder(es) e os docentes pesquisadores da UNIFAL-MG que estejam envolvidos na execução de projetos resultando em produção científica, tecnológica, artística ou cultural. Por sua vez, os membros colaboradores podem incluir discentes regularmente matriculados na UNIFAL-MG em qualquer nível (graduação, mestrado, doutorado), Técnicos Administrativos em Educação - TAE, pertencentes ao quadro técnico administrativo da UNIFAL-MG, bem como colaboradores externos, ou seja, docentes de outras instituições que participem das atividades do grupo.

Para a criação e manutenção de um grupo de pesquisa na UNIFAL-MG, é exigido o cumprimento dos seguintes requisitos: o grupo deve ser composto por no mínimo dois docentes pesquisadores vinculados à instituição; além disso, é obrigatório incluir discentes como membros colaboradores do grupo. Para formalizar sua criação, o grupo deve apresentar um projeto ou programa de pesquisa que tenha sido aprovado pela Câmara de Pesquisa (CAP), juntamente com a definição de entre uma e dez linhas de pesquisa a serem desenvolvidas (UNIFAL, 2019).

Os grupos de estudo e pesquisa são ferramentas valiosas para aprofundar o conhecimento e a compreensão das questões relevantes, estimulando a produção de conhecimento científico, a troca de ideias e perspectivas diversas. Ao adotar essa abordagem participativa e colaborativa, a universidade pública fortalece sua cultura acadêmica, incentivando o pensamento crítico e o comprometimento do estudante com a mudança da realidade social. Além disso, ao fomentar o trabalho conjunto entre estudantes e educadores, esses grupos permitem que os alunos assumam um papel ativo em sua própria formação, desenvolvendo autonomia intelectual e reflexão sobre questões sociais e políticas (TEIXEIRA; PASSOS; ARRUDA, 2015).

Após a explicação e distinção entre grupos de estudo e pesquisa, é relevante voltar o foco para o objetivo central desta pesquisa, que é compreender a contribuição do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância (GENI) para a formação dos estudantes da UNIFAL-MG/ICSA. Diante do exposto, a próxima seção deste trabalho se concentrará na descrição da metodologia escolhida.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os grupos de estudo e pesquisa dedicados a análise de gênero nas universidades têm um imenso potencial para ampliar e dar sequência às pesquisas sobre essa temática. Além disso, esses grupos desempenham um papel fundamental na formação acadêmica e social dos estudantes. Decorrente dos fatores supracitados, este trabalho possui o objetivo de examinar a contribuição dos grupos de estudos de gênero no desenvolvimento social e acadêmico dos estudantes da UNIFAL-MG/ICSA. Assim, o GENI, foi selecionado como objeto de análise.

3.1 O GENI

O GENI foi criado em 2014 na Universidade Federal de Alfenas, na cidade de Varginha-MG, onde se localiza o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Inicialmente, o GENI foi projetado como grupo de estudos composto por discentes dos cursos ofertados no ICSA, uma docente do campus e uma servidora técnico-administrativa. O nome do grupo foi inspirado na canção "Geni e o Zepelim", de Chico Buarque (1978), que denuncia a marginalização das pessoas, especialmente mulheres.

Além disso, a canção de Chico Buarque serviu como uma fonte inspiradora para a criação da logomarca do GENI. Nessa logo, o nome do grupo é estilizado de forma a se assemelhar a um dirigível, o Zepelim. A imagem se tornou a principal representação

visual do grupo, bem como se uma das alegorias utilizadas nesta pesquisa para simbolizar o processo de passagem do entrevistado pelo GENI. A representação gráfica da logomarca pode ser observada na figura abaixo.

Figura 1 – Logomarca do GENI



Fonte: GENI (2023)

Entre seus objetivos o Grupo de Estudo Gênero pela Não Intolerância, buscava discutir

temas como: o que é gênero; conceito de relações de gênero; masculinidades; teorias feministas; movimentos sociais e feministas; divisão sexual do trabalho e trabalho feminino; mídia e relações de gênero; corpo, sexualidade e padrões estéticos; homossexualidade e identidades de gênero; família e arranjos familiares; crimes sexuais e aborto; direito reprodutivo; violência obstétrica; maternidade e paternidade; racismo e relações de gênero; violência e relações de gênero; violência doméstica e a lei Maria da Penha. (ENTREVISTADO, 2023)

Lima e Quina (2018) observam que diante do desejo dos estudantes e do incentivo de algumas docentes em discutir gênero, o grupo se construiu e se organizou de maneira orgânica, de modo que no momento em que foi nomeado como GENI os encontros para analisar textos sobre gênero já aconteciam, ainda que em períodos de tempo não regulares. Durante sua trajetória, o GENI encontrou alguns percalços para se manter ativo e no ano de 2015 o grupo interrompeu suas atividades, pois muitos participantes concluíram sua graduação ou evadiram. No ano seguinte (2016), como resultado dos pedidos e interesse dos estudantes em retomar as discussões de gênero na universidade, assunto pouco abordado dentro das disciplinas ofertadas, houve a retomada do grupo que voltou a promover encontros para debater textos sobre gênero.

Ao longo de 2017, o GENI ampliou suas ações, realizando debates, eventos sobre diversidade, violência de gênero, identidades de gênero e identidades sexuais. Além disso, no mesmo ano foi criado um projeto de extensão denominado "Reconhecimento do Outro: Inclusão, Tolerância e Cidadania". O projeto proporcionou ao GENI maior exposição e logo o grupo passou a ter mais membros tanto do corpo estudantil como do corpo docente envolvidos em suas ações.

Com a diversidade de seus membros, o grupo promoveu a troca de experiências e conhecimentos enriquecedores, assim como discussões plurais essenciais para a construção de uma sociedade mais igualitária. O objetivo do grupo era promover atividades de ensino, pesquisa e extensão que fomentam reflexões e construíssem um ambiente livre de críticas, onde todos podiam expressar suas opiniões, contribuindo para a formação de cidadãos capacitados a argumentar e combater a intolerância e as desigualdades sociais (LIMA; QUINA, 2018).

Assim como em outras esferas sociais, o estudo de gênero também não foi aceito unanimemente e como esperado, o GENI enfrentou a desaprovação e perseguição. Em 2017, após a palestra "Gênero: conceito e leis", o grupo enfrentou ameaças por parte de grupos locais autodeclarados "de direita". Esse episódio resultou em uma pausa nas atividades do GENI, que só foi retomado em 2020 com o nome temporário de "Grupo de Estudos Remoto sobre Estado, Mulheres e Políticas Públicas", devido à pandemia de COVID-2019.

Apesar desta pausa nos grupos de estudos, o GENI manteve sua atuação junto à comunidade. Desde 2018, uma de suas coordenadoras assume a posição de representante da comunidade científica no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Varginha-MG, visando a criação de políticas públicas para atender mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica na região. Em 2020, o GENI intensificou suas atividades de pesquisa e passou a incluir os alunos do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) da UNIFAL. Um marco importante nesse sentido foi a participação no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), o principal congresso acadêmico brasileiro na área de Administração, no qual o GENI teve trabalhos premiados em 2021 e 2022, o que demonstra o reconhecimento da qualidade e relevância das pesquisas realizadas pelo grupo.

No ano de 2021, em razão da pandemia de COVID-19 as atividades presenciais da UNIFAL foram suspensas e o Grupo de Estudos Gênero pela Não Intolerância passou

a transmitir *lives* denominadas “Estudos abertos do GENI” nas plataformas digitais, onde convidados discutiram assuntos relacionados às questões de gênero, além de outros encontros remotos com objetivo de abordar assuntos referentes a COVID-19. Também criou a campanha de arrecadação de alimentos “Quarentena Solidária: Unidos contra a Fome em Varginha-MG”.

Com o retorno do ensino presencial na UNIFAL em 2022, o GENI voltou a promover seus grupos de estudo, articulou a campanha de arrecadação de produtos de higiene íntima denominada “Dignidade Menstrual”, realizou a oficina fotográfica “Por trás das lentes” e o projeto “‘Escrevivências’ femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha-MG” para mulheres assistidas pelo Núcleo de Capacitação para a Paz (NUCAP), que se dedica ao apoio e assistência a famílias que enfrentam situações de vulnerabilidade social.

Ainda em 2022 o GENI foi registrado como grupo de pesquisa no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e obteve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para desenvolver projeto de extensão em interface com a pesquisa. Atualmente, o GENI tem como objetivo

fomentar e discutir trabalhos relacionados a questões como: romantização da maternidade, parentalidade, trabalho doméstico, controle reprodutivo, acesso e condições de permanência da mulher na escola, endividamento familiar, violências contra mulheres e população LGBTQIAP+, reforço a estereótipos de gênero, genocídio de populações indígenas e da juventude negra, avanço de práticas e discursos liberais colonizados, aumento do encarceramento em massa de pessoas (sobretudo, mulheres) não-brancas e proletarizadas ao redor do globo e que configuram, portanto, críticas a instrumentos de gestão da pobreza usados para mascarar a necessidade no contexto neoliberal atual de se empurrar pessoas não-brancas e proletarizadas (sobretudo, mulheres) ao trabalho reprodutivo compulsório e/ou ao cárcere, a fim de mascarar a face essencialmente predatória e discriminatória da ordem social e econômica. (UNIFAL, 2023)

Além disso, O GENI continua a realizar seus grupos de estudo, atividades de extensão e pesquisa com o NUCAP e com a Oficina do ser, organização sem fins lucrativos que desenvolve projetos voltados para educação, cultura e sustentabilidade em Varginha. Após fornecer um contexto histórico sobre a criação do GENI e um resumo das atividades realizadas pelo grupo nos últimos anos, é importante apresentar o método de coleta de dados utilizado neste trabalho.

3.2 MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O método de coleta de dados escolhido para o estudo consiste na realização de uma entrevista semiestruturada com um estudante egresso do GENI. O entrevistado foi selecionado com base em seu longo período de envolvimento com o grupo, sendo um dos primeiros alunos a integrar os encontros que tornaram o GENI um grupo de estudos.

O entrevistado se descreveu como um homem cisgênero, heterossexual, de 31 anos de idade. Ele completou sua graduação em Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria na Universidade Federal de Alfenas em 2017 e, no mesmo ano, ingressou no mestrado de Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Atualmente, o entrevistado continua seus estudos na Unicamp como doutorando na área de História Econômica.

A entrevista ocorreu de forma virtual, por meio da plataforma "*Google Meet*", buscando proporcionar ambiente seguro e com garantias de confidencialidade para que o entrevistado compartilhasse suas experiências e opiniões. Durante o processo, foram utilizados recursos de gravação e anotações (autorizadas pelo entrevistado) para garantir o registro adequado das informações relevantes.

Para realização deste trabalho, a análise de conteúdo foi definida como metodologia para explorar as informações obtidas. Segundo Cappelle, Melo e Gonçalves (2003), a análise de conteúdo abrange uma dualidade entre os aspectos objetivos e subjetivos da investigação científica, resultando na criação de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que levam o pesquisador a uma leitura mais aprofundada da comunicação, baseada na dedução e inferência. Essa nova compreensão do material textual, que substitui a leitura comum, revela o que está implícito ou subentendido na mensagem.

Bardin (1977) descreve a análise de conteúdo como um processo empírico que não pode ser conduzido com base em um modelo exato. No entanto, para torná-la operacional, é necessário seguir três etapas distintas, que correspondem a diferentes momentos no tempo, essas etapas estão divididas da seguinte maneira: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados obtidos (BARDIN, 1977 apud CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Por conseguinte, as análises categoriais adotadas neste estudo serão apriorísticas, com objetivo de identificar os núcleos de sentido presentes na comunicação, levando em consideração a frequência desses núcleos como dados segmentáveis e comparáveis, em vez de se preocupar com sua dinâmica e organização (CAPPELLE; MELO;

GONÇALVES, 2003). Nesse sentido, a grade temática selecionada será composta por "resgate histórico do GENI e experiências" e "contribuições do GENI para o processo de formação".

A partir disso, cumprindo com a etapa de pré-análise da análise de conteúdo, foi realizada uma leitura flutuante da transcrição da entrevista, permitindo a identificação de aspectos relevantes para o estudo. Com base nessa abordagem, foi possível selecionar trechos e organizá-los conforme as categorias de análise definidas, separando quais partes correspondiam a cada uma destas. A partir desta organização de trechos da entrevista conforme cada categoria analítica, os mesmos foram tratados com base na seleção de partes do referencial teórico que remetiam ao seu conteúdo.

Cumprida esta etapa, os resultados obtidos foram analisados por meio da compreensão das partes da entrevista escolhidas em cada categoria à luz dos excertos do referencial teórico que, conforme a etapa de tratamento dos dados, correspondiam ao conteúdo das falas selecionadas dentro da entrevista. A partir deste processo, comparando trechos da entrevista com trechos do referencial organizados juntos, foi realizada a interpretação dos dados, conforme se expõe a seguir.

4. EMBARCANDO NO ZEPELIM

Após apresentar o referencial teórico desta pesquisa e estabelecer os procedimentos metodológicos adotados, esta seção tem como objetivo apresentar as análises dos dados coletados. Para isso, foi dividida em duas partes distintas: uma focada nos relatos sobre a história do GENI na perspectiva do entrevistado, bem como algumas experiências enquanto membro do grupo e a outra sobre as contribuições do GENI para sua formação acadêmica, social e pessoal.

4.1 VOANDO SOBRE O CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

A curiosidade talvez seja a chave para as descobertas mais importantes da humanidade. Conhecer, entender, refletir, questionar e ressignificar são ações cíclicas realizadas na maioria das áreas do saber e, no campo dos estudos de gênero, não é diferente. Como exposto por Rago (2013) e Hollanda (2019), os conceitos de gênero começaram a ser discutidos no Brasil em grupos e reuniões realizadas por pesquisadoras. Na visão do entrevistado, o GENI foi concebido de forma semelhante. Seu relato informa que

[...] foram vários passos, digamos assim, para ele [GENI] surgir. Existia um projeto extensionista na UNIFAL que chamava "DialONGando"², esse projeto era um canal de diálogo com as ONGs em Varginha, em que a gente propunha vários temas de debate com as ONGs e levava até elas ou elas vinham até a universidade para dialogar sobre os temas, um desses temas foi gênero e suas relações. Se não me engano no mês de maio de 2014, a gente teve a semana "Gênero: Papo Só de Mulher"³, em que vários pesquisadores de Varginha e de fora, inclusive a professora Juliana Teixeira, que é uma professora, se eu não me engano da Universidade Federal do Espírito Santo. Ela foi palestrante para falar sobre o trabalho doméstico, as relações de gênero e raça também. Posteriormente, eu publiquei um resumo expandido na UFLA [Universidade Federal de Lavras]. Fomos até a UFLA apresentar esse resumo expandido, chamado "Gênero: cruzando barreiras invisíveis entre ONGs e Universidades"⁴, no qual apresentamos alguns dos resultados deste evento, desse debate que a gente teve na "Semana do Gênero". Um desses resultados era, primeiro, debater racismo, que foi um tema recorrente naquela semana do mês de maio e também criar um grupo de estudos sobre o assunto, sobre gênero e relações de gênero. Me lembro que, concomitante ou depois dessa apresentação na UFLA que a professora Fernanda [Fernanda Mitsue Soares Onuma, professora adjunta na UNIFAL e Coordenadora do GENI] nos chamou, ela já estava, de alguma maneira, "cutucando" a gente para fazer esse grupo de estudos e discutir essas questões, sabe? De alguma maneira, em uma reunião ou outra, um encontro ou outro, ela já estava "cutucando" a gente para discutir e, de fato, era uma necessidade institucional. No dia 10 de outubro de 2014, numa sexta-feira à tarde, me recordo muito bem, nós ficamos de uma da tarde até umas cinco horas da tarde conversando e falamos assim: vamos criar um grupo de estudos agora? Vamos! Estava na sala eu, a Fernanda, o Carlos Guilherme que outro membro do grupo de estudos. E aí, a gente pegou um papel, eu até tenho um e-mail aqui, o e-mail que ela me enviou foi na hora que terminamos a reunião que ela mandou às 17:10. Ela me enviou um esboço dos temas que a gente iria debater no GENI, [...] então, se fosse para estabelecer uma data formal, eu colocaria que encontro que tive com ela e Carlos Guilherme no dia 10 de outubro de 2014, o nascimento do GENI. (ENTREVISTADO, 2023)

² O projeto de extensão "DialONGando" tinha como objetivo promover uma aproximação entre a universidade, a comunidade e as organizações não governamentais do município. Essa iniciativa busca proporcionar aos alunos uma maior compreensão do cenário enfrentado pelo terceiro setor, bem como do papel essencial desempenhado por essas organizações e a função e atividade de seus voluntários (MIRANDA; CEZAR, 2014).

³ O evento intitulado "Gênero: papo só de mulher?", aconteceu em maio de 2014 no campus Varginha-MG da UNIFAL e teve como propósito estabelecer uma troca de conhecimentos relevante para o trabalho das ONGs e a formação dos estudantes. O tema central abordado foram as relações de gênero e suas implicações no âmbito das organizações e na vida das pessoas. O evento fez parte do projeto de extensão "DialONGando" e foi coordenado pela Professora Fernanda Mitsue Soares Onuma (UNIFAL, 2014).

⁴ Trabalho foi desenvolvido pelo entrevistado no projeto de extensão "DialONGando". O objetivo da pesquisa era discutir as relações de gênero com as mulheres envolvidas com as ONGs assistidas pelo "DialONGando", auxiliando-as na reflexão e aprimoramento do trabalho com seu público beneficiário. A proposta incluiu a participação de especialistas no tema, como a delegada da delegacia da mulher de Varginha-MG, ONGs locais que atuam na defesa dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQI+, além de pesquisadores que abordam a inclusão da diversidade nas organizações e a interface entre as relações de gênero e o trabalho doméstico, associado ao racismo. Os debates foram conduzidos com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre a urgência de refletir sobre estereótipos e preconceitos que afetam significativamente a vida das mulheres e dos homens, seja por meio do machismo ou da homofobia (UNIFAL, 2014).

Embora o grupo de estudos tenha sido formalizado no dia 10 de outubro de 2014, o entrevistado afirma que as primeiras ações para sua concepção começaram ainda nos debates promovidos pelo projeto “DialONGando” e logo após a “criação” do grupo de estudos, as reuniões para discutir as temáticas de gênero foram iniciadas. Apesar disso o grupo ainda não se chamava GENI, mas sim

“Grupo de Estudos de Relações de Gênero”, era um nome bem genérico, não tinha um nome específico. Lembro que para criar o nome, nós criamos num grupo de Facebook, criamos “pegar” as pessoas interessadas em estudar gênero e relações de gênero no Brasil. Enfim, pegamos essas pessoas interessadas, colocamos no grupo e colocamos os textos lá, às vezes mandamos por e-mail também. Lá nesse grupo fizemos uma enquete de qual seria o nome do grupo de estudos, estávamos com muita dúvida e a professora sugeriu GENI, [...] e aí, houve uma votação e ficou GENI mesmo. E tudo isso foi após 10 de outubro. Acredito que a professora Fernanda viu uma certa necessidade de discutir gênero e relações de gênero no espaço institucional, particularmente na UNIFAL, porque não existia isso, não existia discussão pública sobre a questão [...] estava para nascer, digamos assim, estava para nascer as coisas ali, grupo de estudos sobre relações raciais, sobre gênero, sobre trabalho, classe, estava para nascer essas coisas, porque o debate estava muito vivo nas aulas e fora das aulas também. (ENTREVISTADO, 2023)

Após relatar como se deu a “criação” do GENI, o entrevistado explicou que a curiosidade em compreender o que era gênero foi um fator decisivo para iniciar os estudos em grupo sobre a temática. Segundo Teixeira, Passos e Arruda (2015), a pesquisa se desenvolve a partir de um problema que desperta o interesse do pesquisador, do orientador ou do grupo de pesquisa ao qual o sujeito está envolvido. Com base nessa perspectiva, o interesse, a motivação, a curiosidade e a vontade de iniciar uma nova pesquisa, prosseguir com uma em andamento ou investigar, sob uma ótica diferente, tópicos que já foram estudados por outros pesquisadores e/ou pelo próprio discente, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas e dos processos de aprendizagem dos discentes (TEIXEIRA; PASSOS; ARRUDA, 2015).

O entrevistado reconhece que seus conhecimentos sobre as questões de gênero até o começo das atividades no GENI eram limitados, “não havia uma consciência plena sobre as questões de gênero, [...] das hierarquias e das relações de poder envolvidas. Depois que entrei no GENI, elevei meu nível de consciência sobre as questões de gênero e percebi que era um problema muito sério” (ENTREVISTADO, 2023). Segundo o entrevistado a introdução aos conceitos gênero, por meio de uma abordagem histórica sobre gênero e relações de gênero, foram fundamentais para seu entendimento sobre o assunto.

Pinsky (2009) e Scott (2019) compartilham da visão do entrevistado sobre a importância do gênero como categoria análise, pois dentro desse contexto, a história tem como objetivo compreender o significado, a relevância e o papel desempenhado pelas relações e representações de gênero no passado, incluindo suas evoluções e continuidades ao longo dos eventos históricos, bem como seu impacto nessas trajetórias históricas. Teixeira, Passos e Arruda (2015) enfatizam a importância da fundamentação teórica no desenvolvimento do conhecimento e afirmam que é preciso apropriar-se do conhecimento já produzido sobre o tema de interesse para compreender conceitos que permitam a compreender o assunto pesquisado. Esse é um processo contínuo, pois sempre haverá algo desconhecido a ser entendido ou observado por uma nova ótica, resultando em novas compreensões e concepções (TEIXEIRA; PASSOS; ARRUDA, 2015).

De fato, não é fácil perceber de forma autônoma como as questões de gênero se manifestam e afetam a sociedade. Alcançar essa compreensão requer esforço e embasamento teórico e, nesse sentido os grupos de estudos podem ser ferramentas importantes para auxiliar no processo. Diante disso, é necessário apontar como gênero, enquanto construto social, obteve sucesso ao ser naturalizado no pensamento humano (LAURETIS; SAFFIOTI; SCOTT, 2019). Saffioti explica que “é próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais. Por esta razão é tão difícil, senão impossível, separar a *natureza* daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais” (SAFFIOTI, 1987, p.10). Ela ainda explica que as identidades sociais

[...] se constroem sobretudo no plano inconsciente, podendo ser pequena ou grande sua presença no nível consciente. Isso em nada diminui a importância política de tais realidades, uma vez que as atividades humanas são levadas a cabo, na produção e na reprodução da vida, por portadores de inconsciente e de consciência. (SAFFIOTI, 2019, p.147)

Em suma, embora as identidades sejam concebidas no nível da consciência, as implicações e consequências da adoção dessas identidades são percebidas e sentidas na realidade concreta. Ao analisar o gênero como aparato semiótico, é esperado que o ser assuma o atributos e comportamentos sociais determinados pelo sistema sexo-gênero (LAURETIS, 2019), tomar ações contrárias ou questionar o determinismo biológico imposto ao gênero pode gerar conflitos ou estigmas, como os descritos abaixo

[...] eu era caracterizado como o “*menino do gênero*”, digamos assim, aquele que ficava discutindo isso. Era mais ou menos essa a interpretação que eu tinha. Porque ali, eu era um homem negro, heterossexual, que estava discutindo um problema de emancipação feminina. [...] no ponto de vista das notas, provas,

não houve nenhum tipo de perseguição, mas do ponto de vista do acolhimento foi diferente. Porque a universidade [...] tem que ser um espaço de acolhimento, um espaço que acolha a diversidade. E, nesse sentido, certos olhares, certos comentários de alguns professores, não faziam com que eu me sentisse não acolhido dentro da instituição, [o estudo de gênero] era tema incômodo para essas pessoas. Um tema que não fez parte da formação intelectual e moral dessas pessoas ou fez parte de forma avessa ao que estávamos discutindo ali, tanto moral quanto intelectualmente. E é aí que entra a questão do conflito, porque você pega uma moral cristã de um professor e conflita com as ideias de grupos como o GENI. Aí dá problema, isso vai contra as formalidades burguesas, digamos assim. Teve até um professor [...] que fez um comentário malicioso. Ele falou assim: mas [nome do entrevistado], esse negócio aí de homem ser mulher e mulher ser homem, como é que esse negócio aí? Porque no carnaval a gente até se veste e tal, mas é de verdade, como é que é esse negócio aí? Porque, assim, eu acho meio estranho isso. Não lembro qual foi a minha reação, mas por esse tipo de pergunta e comportamento, principalmente vindo de um docente, a gente percebe qual é o espaço em que estamos e o que consta ali de acolhimento ou não. [...] ele parecia estar incomodado, não só por discutirmos gênero, mas sim de um homem negro e heterossexual está discutindo gênero, não só gênero mas discutir raça também, do ponto de vista racial também, foi um pouco complicada essa questão. (ENTREVISTADO, 2023)

As experiências compartilhadas pelo entrevistado refletem o “peso” de questionar os papéis sociais atribuídos aos indivíduos e destaca os desafios enfrentados por aqueles que contrariam ou interpelam as normas e expectativas sociais relacionadas a gênero, raça/etnia e classe. Também mostra que não aderir aos padrões heteronormativos implica em não se adequar aos papéis tradicionais de homem ou mulher. Além disso, a escolha de não seguir o padrão heterossexual está intrinsicamente relacionada à rejeição ao poder econômico, ideológico e político historicamente associado aos homens. (ARRUZZA, 2015; WITTIG, 2019).

Entretanto, viver de acordo com os arquétipos socialmente construídos não significa deixar de sofrer a opressão produzida pela reprodução social, apesar da intensidade da opressão variar, Saffioti esclarece que

existem também condutas impostas aos homens, que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento. Em outros termos, as mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados. É exatamente por isso que a luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens (SAFFIOTI, 1987, p.27).

Assim, segundo Saffioti (2015), é preciso “humanizar” as pessoas no processo de mudanças sociais. Essa humanização pode ser feita através do conhecimento, especialmente do homem sobre sua própria condição de oprimido e ao mesmo tempo opressor. Os grupos de estudos de gênero podem ser promotores desse tipo de reflexão, algo percebido na fala do entrevistado ao relatar que “após o GENI mudei muito meu

comportamento, a forma de ver as características que me tornam homem ou que justifiquem ser encaixado homem do sexo masculino. A questão da masculinidade ou masculinidades, isso me forçou a ler a mim mesmo” (ENTREVISTADO, 2023).

Ao examinar os relatos fornecidos pelo entrevistado, é possível compreender como ocorreu o processo de criação do GENI e como a participação no grupo impactou sua autopercepção e as percepções externas sobre ele. A participação em grupos de estudo, como o GENI, visa não apenas ao aprimoramento acadêmico sobre um determinado tema, mas também ao desenvolvimento pessoal e social dos estudantes. Nesse sentido, a próxima seção tem como objetivo apresentar como o GENI contribuiu à formação do entrevistado como aluno da UNIFAL-MG, bem como suas contribuições para a construção de sua consciência social.

4.2 A BAGAGEM

A participação em grupos de estudos pode trazer benefícios significativos para os estudantes, como evidenciado por Saffioti, “[...] não existe melhor ambiente para a discussão do que o heterogêneo. Cada um, lançando mão de suas próprias vivências, pode contribuir para uma melhor compreensão da sociedade em que vivem todos” (SAFFIOTI, 1987, p.106). O compartilhamento de opiniões, a apresentação e discussão de ideias relacionadas aos temas estudados, assim como as práticas colaborativas, são apenas alguns exemplos de como os grupos de estudo podem contribuir para o aprimoramento do desempenho acadêmico dos estudantes.

Segundo Teixeira, Passos e Arruda (2015), quando o estudante participa de uma comunidade de pesquisa se depara com procedimentos de validação de comunidades acadêmicas que colaborarão para sua formação, como por exemplo participar de eventos, congressos, mesas-redondas, conferências, seminários, seja como apresentador ou ouvinte. Além disso, geralmente, os discentes que participam de grupos de estudo e pesquisa passam a submeter artigos, trabalhos e projetos para revistas e congressos de sua área, incentivando o progresso das pesquisas e contribuindo para a construção de um conhecimento cada vez mais sólido e abrangente (TEIXEIRA; PASSOS; ARRUDA, 2015).

Nesse contexto, o entrevistado compartilhou sua visão sobre a influência do GENI em sua vida acadêmica, bem como os reflexos de sua passagem pelo grupo em sua profissional e pessoal.

Eu não vou fazer a divisão [sobre as contribuições do GENI para seu processo de formação] entre acadêmica, profissional e pessoal, eu vou colocar todas as coisas em uma só. A minha interpretação do mundo, eu acho que o impacto foi duplo. Primeiro uma elevação da minha consciência sobre as profundas desigualdades e assimetrias que se estabelecem dentro das relações de gênero, dentro da percepção sobre as diferenças sexuais, essa percepção sendo moldada social e historicamente, talvez uma elevação da consciência em torno disso e ter uma leitura crítica em relação a essas diferenças que se estabelecem historicamente e socialmente. Então, o impacto do GENI na minha vida foi esse, de elevar a minha consciência e me fazer ler o mundo de uma forma mais crítica possível e perceber ainda mais as injustiças sociais que a gente vive, em que a gente está associado. Eu acho que seria esse o impacto. Eu acho muito profundo isso. Eu acho muito profundo. Você muda completamente a vida e a trajetória do sujeito. Então, essa é a função do GENI e essa é a função também da educação pública brasileira. Eu acho que organizar as ideias para a gente saber ler o mundo, para tentar ver os problemas e tentar ver como a gente resolve esses problemas. (ENTREVISTADO, 2023)

Diante do exposto pelo entrevistado, é possível perceber a relevância dos grupos de estudo como impulsionadores do pensamento crítico. Em outro momento da entrevista, o egresso revelou que, em algumas ocasiões, as discussões sobre os temas abordados no GENI eram conduzidas pelos próprios estudantes, sem a presença de um docente, o que ressalta o papel desses espaços no fomento da autonomia. A orientação dos educadores, aliada ao estímulo à autodescoberta, contribuem para a formação de indivíduos capazes de analisar, questionar e transformar estruturas sociais muitas vezes tidas como imutáveis. Essa interação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas legítimas, pois o orientador pode auxiliar na interpretação adequada dos estudos teóricos e na análise dos dados, de forma que se obtenham resultados consistente e significativos (TEIXEIRA; PASSOS; ARRUDA, 2015).

Nesse contexto, o GENI pode ser considerado um agente catalisador de mudanças para aqueles que se dispõem a discutir a temática de gênero, assim como seus desdobramentos históricos, culturais e sociais. Ainda nesse sentido, o entrevistado explica como aplica os conhecimentos adquiridos no GENI e quais práticas acadêmicas, políticas, intelectuais e sociais foram aprimoradas devido a sua participação no grupo;

Na minha dissertação de mestrado eu deixei aberto uma chave para interpretar as relações de gênero em torno do capitalismo dependente. Do ponto de vista prático, as minhas escritas foram influenciadas por isso, minha capacidade de escrita, o meu modo de pensar. Do ponto de vista pessoal, eu mudei muito após as discussões do GENI. Mudei minha forma de ver, ler a minha família, principalmente as mulheres da minha família. [...] o GENI teve um certo impacto institucional do ponto de vista dos alunos e do ponto de vista do corpo docente também. Alguns professores não aceitavam muito, não viam muita importância nisso alguns alunos também, então o GENI cumpriu sua função frente a esse contexto institucional de que é um núcleo que para certos setores da universidade é indigesto. Então, é um duplo mérito nesse sentido. Ele

cumpriu sua função para a minha formação intelectual e moral. Eu acredito que o GENI e todas essas iniciativas que visam discutir o problema das minorias sociais dentro da classe trabalhadora e dentro do mundo burguês brasileiro são iniciativas muito importantes para a promoção da igualdade e da transformação social. [...] eu ainda não sou filiado a nenhum partido, mas com certeza influenciará nas minhas práticas políticas. Então, se a gente tem esse problema, ele merece uma atenção política e de resolução política que gire em torno ali da emancipação humana e da autonomia dos corpos. Por experiência própria, esses núcleos de estudos, essas formações extracurriculares aumentam o nível de consciência política dos sujeitos. Aumentando o nível de consciência política e consciência crítica dos sujeitos, você forma as pessoas, faz elas lerem o mundo de uma certa forma que normalmente não é lido e você força a sociedade a reconhecer as suas injustiças. [...] fazer as pessoas lerem o mundo politicamente faz com que elas vão atuar politicamente, faz com que elas atuem politicamente em torno dessa leitura crítica do mundo. [...] A história, ela ocorre dessa forma, você prepara esses sujeitos para uma leitura crítica e para conflitar em torno das injustiças. Então a promoção da igualdade está mais ou menos por aí, formar esses sujeitos para conflitar, para ter uma leitura crítica, para conflitar politicamente a questão. (ENTREVISTADO, 2023)

Segundo Giroux (2010), o ensino superior tem o compromisso de buscar a verdade, independentemente de onde ela possa conduzir, além de educar os estudantes para exercerem autoridade política e responsabilidade moral. As universidades devem se empenhar em ampliar tanto a liberdade acadêmica quanto o papel da instituição como uma esfera pública democrática, mesmo que isso exija adaptações ao longo do tempo. Assim, Giroux faz um apelo para retomada da universidade, explicando que “Retomar a universidade” se trata de

[...] uma referência ética e uma chamada à ação para educadores, pais, alunos e outros para recuperar o ensino superior como uma esfera pública democrática, um lugar onde o ensino não seja confundido com treinamento, militarismo ou propaganda, um espaço seguro onde a razão, a compreensão, o diálogo, a crítica e o compromisso estejam disponíveis para todos os professores e alunos. O Ensino Superior, nesse sentido, tem de se tornar um lugar de luta permanente para preservar e ampliar as condições em que a autonomia de decisão e a liberdade de ação sejam informadas pelos imperativos democráticos de igualdade, liberdade e justiça. (GIROUX, 2010, p.32)

Por meio dos relatos do entrevistado, nota-se que o GENI atua em prol da retomada da universidade proposta por Giroux (2010), sendo um espaço de acolhimento, troca de conhecimento e aprendizado. Também possível identificar a colaboração do GENI na formação do entrevistado, visto que as leituras sugeridas e os debates sobre gênero contribuíram para a construção de concepções que permitiram um maior entendimento das desigualdades e injustiças sociais. Além disso, o GENI possibilitou o desenvolvimento de habilidades de análise e argumentação que não se limitaram apenas

ao âmbito acadêmico, mas foram incorporadas à vida pessoal do entrevistado, refletindo em suas ações como membro da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na análise de resultados, constata-se que o GENI desempenha um papel fundamental na formação crítica, social, acadêmica e profissional dos discentes. Suas iniciativas promovem a ampliação do conhecimento, estimulam o pensamento crítico e aprimoraram as práticas acadêmicas de seus participantes. A combinação entre orientação das coordenadoras do GENI e os incentivos à autodescoberta são essenciais para formação de indivíduos com habilidades para analisar, questionar e promover mudanças efetivas nas estruturas sociais.

Além disso, o GENI desempenha uma função social importante ao se posicionar como uma frente de resistência à intolerância e ao defender e promover a diversidade dentro do ambiente universitário. Nesse sentido, o grupo se estabeleceu como um espaço de diálogo, acolhimento, troca de conhecimentos e experiências para os alunos interessados nos estudos de gênero. Para trabalhos futuros, recomenda-se realizar uma análise abrangente das atividades promovidas pelo GENI ao longo de seus quase dez anos de existência, a fim de compreender o impacto dessas ações tanto na comunidade acadêmica quanto na comunidade local.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. V. N.; MENEGUCI, I. G.; SANTOS, L. C. G.; ONUMA, F. M. S. Gênero: Cruzando Barreiras Invisíveis entre Universidade e ONGs. In: IX Congresso de Extensão da UFLA. **Anais ...** Lavras, 2014.

ANDRADE, L. F. S.; MACEDO, A. S.; OLIVEIRA, M. L. S. A produção científica em gênero no Brasil: um panorama dos grupos de pesquisa de administração. **Revista de Administração Mackenzie**. v. 15, p.48-75, 2014

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2023

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, art. 6, p. 0-0, 2003.

FARIA, J. H; WALGER, C. S. O lugar da universidade pública: referência social ou fator de desenvolvimento das forças produtivas?. **Revista NUPEM**, n. 27, v. 12, p. 12-33, 2020

GIROUX, H. Ensino superior, para quê?. **Educ. Rev.**, n. 37, p. 25-38, 2010. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 16 de julho de 2023.

HOLLANDA, H. B. Introdução. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 9-20

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155

LIMA, B. M; QUINA, C. C. S. Grupo de Estudos de Gênero pela Não Intolerância (GENI). In: IV Congresso Ciências Sociais Aplicadas e IX Semana do PIEPEX. **Anais ... Varginha**, 2011.

MATOS, M. Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um novo campo para as ciências. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 16, p. 333-357, 2008.

MIRANDA, L. F.; CEZAR, L. C. DialONGando: dialogando com as ONGs no município de Varginha/MG. In: II Simpósio Integrado da UNIFAL-MG. **Anais ... Varginha**, 2014.

PINSKY, C. B. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 17, p. 159-189, 2009.

RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 11, p. 89-98, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 371-387

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 139-161

SAMPAIO, F. S. **Contestando as fronteiras de gênero, raça e sexualidade na sociedade brasileira**. Campina Grande: Editora Amplla, 2020

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80

TEIXEIRA, L. A.; PASSOS, M. M.; ARRUDA, S. M. A formação de pesquisadores em um grupo de pesquisa em Educação em Ciências e Matemática. **Ciência e Educação** v. 21, n. 2, p. 525-541, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. Eventos e Palestras promovidos em 2014. **Universidade Federal de Alfenas**. 2014. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/eventos-e-palestras-promovidos-em-2014/>> Acesso em: 15 julho de 2023.

_____. Grupos de pesquisa. **Universidade Federal de Alfenas**. 2023. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/ppgps/grupos-e-projetos-de-pesquisa-em-andamento/>>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

_____. Resolução dos Grupos de Pesquisa da UNIFAL-MG. **Universidade Federal de Alfenas**. 2019. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/prppg/wp-content/uploads/sites/84/2021/05/RESOLUCAO-28-2019-NORMAS-PARA-CRIACAO-DE-GPs.pdf>>. Acesso em: 15 julho de 2023.

WITTIG, M. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 83-94

7. APÊNDICES

Este questionário foi elaborado com o objetivo coletar informações sobre a experiência de participantes do GENI. As respostas serão tratadas de forma confidencial e anônima, e serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica. A participação é voluntária e pode-se optar por não responder a qualquer pergunta que cause desconforto.

1. Você poderia se apresentar?
2. Qual foi a sua motivação para participar do GENI?

3. Como você descreveria a dinâmica do grupo? (exemplos: as discussões em grupo, apresentação de pesquisas, leituras, debates).
4. Quais foram os principais tópicos ou temas abordados durante as reuniões do grupo? Quais você mais gostava?
5. Em sua opinião, quais foram os resultados de participar do grupo de estudo?
6. O grupo de estudos ajudou a ampliar sua compreensão sobre questões de gênero? De que maneira?
7. Você acredita que sua participação no grupo influenciou sua percepção sobre as desigualdades de gênero? Se sim, de que forma?
8. Houve algum momento ou atividade específica no grupo que tenha sido especialmente significativo para você? Por favor, descreva.
9. Você sentiu que o grupo proporcionou um espaço seguro e acolhedor para compartilhar ideias e experiências? Por favor, explique sua resposta.
10. Você percebeu alguma mudança em suas atitudes ou comportamentos em relação as questões do estudo sobre gênero após sua participação no grupo de estudos? Se sim, de que forma?
11. Como você avalia o impacto do grupo de estudos em sua vida acadêmica, profissional ou pessoal?
12. Com base em sua experiência no grupo de estudos, você acredita que esses grupos são importantes para a promoção da igualdade de gênero e a transformação social? Por favor, explique sua resposta.
13. Você tem alguma sugestão ou recomendação para melhorar a experiência dos futuros participantes do grupo de estudos?